



Estratégia
Concursos

15° SIMULADO

TJRJ

ANALISTA JUDICIÁRIO: SEM ESPECIALIDADE

PÓS-EDITAL

Simulado Especial

1º Simulado TJ-RJ – Analista Judiciário – Sem Especialidade

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-Sem-Especialidade-30-08>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

Estojo escolar**Carlos Heitor Cony**

Noite dessas, ciscando num desses canais a cabo, vi uns caras oferecendo maravilhas eletrônicas, bastava telefonar e eu receberia um notebook capaz de me ajudar a fabricar um navio, uma estação espacial.

Minhas necessidades são mais modestas: tenho um PC mastodôntico, contemporâneo das cavernas da informática. E um laptop da mesma época que começa a me deixar na mão. Como pretendo viajar esses dias, habilitei-me a comprar aquilo que os caras anunciavam como o top do top em matéria de computador portátil.

No sábado, recebi um embrulho complicado que necessitava de um manual de instruções para ser aberto. Depois de mil operações sofisticadas para minhas limitações, retirei das entranhas de isopor o novo notebook e coloquei-o em cima da mesa. De repente, como vem acontecendo nos últimos tempos, houve um corte na memória e vi diante de mim o meu primeiro estojo escolar. Tinha 5 anos e ia para o jardim de infância.

Era uma caixinha comprida, envernizada, com uma tampa que corria nas bordas do corpo principal. Dentro, arrumados em divisões, havia lápis coloridos, um apontador, uma lapiseira cromada, uma régua de 20 cm e uma borracha para apagar meus erros.

Da caixinha vinha um cheiro gostoso, cheiro que nunca esqueci e que me tonteava de prazer. Fechei o estojo para proteger aquele cheiro, que ele ficasse ali para sempre, prometi-me economizá-lo. Com avareza, só o cheirava em momentos especiais.

Na tampa que protegia estojo e cheiro havia gravado um ramo de rosas muito vermelhas que se destacavam do fundo creme. Amei aquele ramallete - olhava aquelas rosas e achava que nada podia ser mais bonito.

O notebook que agora abro é negro, não tem rosas na tampa e, em matéria de cheiro, é abominável. Cheira vilmente a telefone celular, a cabine de avião, ao aparelho de ultra-sonografia onde outro dia uma moça veio ver como sou por dentro. Acho que piorei de estojo e de vida.

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz12039806.htm>. Acesso em 6 mai 2020.

01. De acordo com a leitura do Texto, entende-se que ele que o foco é a contraposição entre

- a) cor de *notebook* e cor de estojo
- b) sofisticação e simplicidade
- c) coletividade e individualidade
- d) trabalho e estudo
- e) presente e passado

02. Releia a frase que finaliza o Texto: “Acho que piorei de estojo e de vida”, constata-se que o autor

- a) era muito ligado ao estojo.
- b) sentia-se nostálgico.
- c) guardava objetos antigos.
- d) cuidava dos seus objetos.
- e) comportava-se de modo egoísta.

03. O termo **mastodôntico**, em “tenho um computador mastodôntico, contemporâneo das cavernas da informática”, pode ser substituído, sem prejuízo do sentido do trecho, por

- a) potente
- b) bizarro
- c) prático
- d) imenso
- e) antigo

04. A palavra cujo plural se faz da mesma forma que *fura-buxos* e pelas mesmas razões é

- a) porta-bandeira
- b) carro-pipa
- c) auxílio-educação
- d) bolsa-família
- e) surdo-mudo

05. Pode-se retirar das afirmações abaixo qual preposição ou par de preposições em destaque, de acordo com a norma-padrão, sem que o sentido fique prejudicado semântica ou sintaticamente?

- a) nos tempos **em** que fora jogador
- b) gostava **de** brincar na rua.
- c) Passou **a** atribuir essas qualidades a outros amigos.
- d) Precisei de canivete, **de** tesoura, **de** faca.
- e) Depois de tanto contemplá-lo à distância, com receio de tocá-lo, dele me aproximei não mais **para** lhe sentir o cheiro... mas **para** admirar....

06. A troca de posição entre a palavra sublinhada e o substantivo a que se refere mantém o sentido em qual dos períodos abaixo?

- a) Meu amigo procurou uma **certa** pessoa para me entregar o presente.
- b) **Grandes** poemas épicos servem para perpetuar a cultura de um povo.
- c) **Algum** jornalista desejava a minha opinião sobre a sua matéria.
- d) O **mesmo** porteiro me entregou o pacote na recepção do prédio.
- e) Contar histórias é uma **prazerosa** forma de aproximar as pessoas.

07. Segundo a norma culta da Língua Portuguesa, o verbo destacado foi usado de acordo com as regras de concordância verbal em:

- a) **Houve** calorosas discussões durante a campanha.
- b) Sempre **houveram** participantes exaltados durante a campanha.
- c) **Fazem** três semanas que a campanha eleitoral terminou.
- d) **Deve existir** muitos participantes em dúvida.
- e) **Tinha** alguns materiais de propaganda guardados no armário.

08. Considere o seguinte enunciado “a avenida Rio Branco, **via** do Centro da cidade ocupada por estabelecimentos financeiros e comerciais.”

A palavra que tem mesmo sentido e classe gramatical de **via** no trecho original está destacada em:

- a) Anchieta é a melhor **via** para chegar a São Paulo.
- b) Ele te avisa **via** e-mail.
- c) Há 10 anos você **via** muita TV em minha casa.
- d) Pedi a segunda **via** do boleto.
- e) A abertura da Copa do Mundo será transmitida **via** satélite.

09. No trecho “A datificação, processo de transformação em dados de tudo o que conhecemos, aumentou de forma vertiginosa o acervo mundial de informações”, a palavra que apresenta o sentido contrário ao de **vertiginosa** é

- a) hesitante
- b) enleada
- c) perplexa
- d) vacilante
- e) lenta

10. De acordo com as exigências da norma-padrão da língua portuguesa, o verbo destacado está corretamente empregado em:

- a) No mundo contemporâneo, **conferem-se** às grandes cidades papel relevante no desenvolvimento da economia mundial.
- b) De acordo com o grau de influência internacional, **classificou-se** as 50 metrópoles mundiais em três diferentes classes.
- c) Há centenas de anos, **atribuem-se** às cidades a responsabilidade de motor propulsor do desenvolvimento econômico e a condição de lugar por excelência dos negócios.
- d) Em grandes centros urbanos, **realiza-se** negócios nacionais e internacionais.
- e) Em todas as pesquisas geopolíticas, **considera-se** as cidades globais como verdadeiros polos de influência internacional, em função da presença de sedes de grandes corporações.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)**Marcos Girão**

11. Tendo como base na LODERJ, assinale a opção em que todas as comarcas listadas são apenas de entrância comum:

- a) Comarcas da Capital, Belford Roxo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes.
- b) Itaguaí, Italva-Cardoso Moreira, Itaocara, Itaperuna, Itatiaia, Japeri, Laje de Muriaé, Magé, Mangaratiba.
- c) Niterói, Duque de Caxias, Itaboraí, Volta Redonda, Maricá.
- d) Nova Friburgo, Nova Iguaçu-Mesquita, São João de Meriti.
- e) Petrópolis, São Gonçalo, Teresópolis, Macaé.

12. Assinale a opção incorreta acerca do Tribunal Pleno do TJRJ, conforme texto da LODERJ:

- a) O Tribunal Pleno, órgão máximo da estrutura do Tribunal de Justiça, constituído por todos os Desembargadores ativos, tem sua competência definida na Constituição da República, na Constituição do Estado e no seu Regimento, podendo autoconvocar-se para deliberar sobre matérias que entenda estratégicas para a organização e o funcionamento do Poder Judiciário.
- b) Compete, exclusivamente, ao Tribunal Pleno, eleger os membros da Administração Superior do Tribunal de Justiça, na forma prevista no Regimento Interno.
- c) As convocações do Tribunal Pleno são de competência exclusiva do Presidente do Tribunal de Justiça.
- d) O quórum mínimo para instalação do Tribunal Pleno será de 120 (cento e vinte) desembargadores, isto é dois terços dos cargos existentes.
- e) A eleição de integrantes da Administração Superior do Tribunal de Justiça, do Diretor-Geral da Escola de Magistratura, dos magistrados para integrar o Tribunal Regional Eleitoral e de candidatos para compor a lista tríplice para ingresso no Tribunal pelo quinto constitucional do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil e de desembargadores para o Conselho da

Magistratura será disciplinada no Regimento Interno.

13. Com base na Lei estadual n.º 4.620/2005, julgue os seguintes itens.

- I. O Quadro Único de Pessoal compreende os cargos de provimento efetivo, organizados em carreira, e de provimento em comissão.
- II. É serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro todo titular de cargo de provimento efetivo, criado por lei e remunerado pelo erário estadual.
- III. As carreiras de Analista Judiciário e Técnico de Atividade Judiciária constituem-se dos cargos de provimento efetivo, com a mesma denominação, cuja estrutura é dividida em padrões e em níveis, em áreas distintas de atividade.
- IV. Promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.
- V. O provimento dos cargos em comissão, de direção, chefia e assessoramento, será reservado no mínimo de setenta e cinco por cento, para os serventuários ativos e inativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

A quantidade de itens certos é igual a.

- a) 0.
- b) 1.
- c) 2.
- d) 3.
- e) 4.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)**Fabiano Pereira**

14. Joana, servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, está gestante. Nesse caso, poderá usufruir de licença maternidade por um período inicial de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado, em caso de aleitamento materno, por um prazo máximo de:

- a) 30 dias.
- b) 45 dias.
- c) 90 dias.
- d) 60 dias.
- e) 15 dias.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)**Tiago Zanolla**

15. Compete ao Órgão Especial julgar e processar originariamente conflitos de competência. Concernente ao que dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Órgão Especial não julga os conflitos de competência entre

- a) Turmas Especiais Recursais
- b) Conselho da Magistratura e qualquer Órgão Julgador do Tribunal
- c) Grupos Criminais
- d) Câmaras Cíveis
- e) Câmaras Criminais

16. Consoante o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, compete ao Conselho da magistratura julgar

- a) as habilitações e outros incidentes, nos processos de sua competência, bem como as dúvidas não manifestadas em forma de conflito, sobre distribuição, competência e ordem de serviço, em matéria das Câmaras Cíveis.
- b) pedidos de reexame e, em geral, recursos contra decisões estritamente administrativas de Juiz da Infância, da Juventude e do Idoso.
- c) as representações contra os membros dos Tribunais de segundo grau, por excesso de prazo previsto em lei.

d) os recursos contra decisões proferidas nos feitos de sua competência pelo Presidente, por Vice-Presidentes ou pelo relator.

e) as arguições de impedimento e suspeição opostas a Desembargadores e ao Procurador-Geral de Justiça quando não reconhecidas.

17. Kleber trabalha em uma unidade organizacional da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Em determinado dia, Kleber expediu um documento no qual afirma a existência de fatos ou de situações que constam de assentamentos públicos.

Segundo as Normas da Corregedoria do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, qual o documento expedido?

- a) Memorando
- b) Ofício
- c) Certidão
- d) Declaração
- e) Atestado

18. Joelson necessitou transmitir petição relativa a uma ação originária de 1ª instância. Segundo as Normas da Corregedoria do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a responsabilidade pela fidelidade e qualidade do material transmitido é

- a) Do servidor que recebe o FAX
- b) Do setor de protocolo
- c) Do Juiz de Direito
- d) Do próprio Joelson
- e) Da companhia telefônica

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Lilian Novakoski**

19. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, 13.146/2015, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz não poderá nomear, de ofício, curador a pessoa com deficiência em situação de curatela.
- b) Cabe ao poder Executivo garantir a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em língua brasileira de sinais (LIBRAS), pelas instituições públicas de ensino e pesquisa.
- c) João, médico em um hospital particular, atendeu um paciente idoso, com deficiência, suspeitando que o mesmo foi vítima de maus tratos. Neste caso, frente a suspeita, João deve notificar somente autoridade policial.
- d) Maria tem 20 anos e é pessoa com deficiência e terá que se submeter a intervenção cirúrgica. Nesta situação hipotética, o consentimento dela será imprescindível para a realização dos procedimentos e, por isso, não poderá ser suprido, ainda que ela esteja em situação de curatela.
- e) Para que um indivíduo seja considerado pessoa com deficiência, ele deve ter algum impedimento de longo prazo, que pode ser de natureza física.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**Fabiano Pereira**

20. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário:

- a) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- b) frustrar a licitude de concurso público.
- c) transferir recurso a entidade privada em razão da prestação de serviços na área de saúde mediante a celebração de contrato, convênio ou instrumento congênere.
- d) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza
- e) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das

formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Fabiano Pereira**

21. Com o objetivo de controlar as atividades dos órgãos inferiores para garantir que estes desempenhem seus atos e cumpram suas obrigações, a Administração Pública poderá se utilizar do poder _____. Assinale, das alternativas a seguir, qual preenche corretamente a lacuna.

- a) regulamentar.
- b) disciplinar.
- c) de polícia administrativa.
- d) hierárquico.
- e) de polícia judiciária.

22. Acerca dos princípios implícitos e expressos que regem a administração pública, é correto afirmar que

- a) por constarem no próprio texto constitucional, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são superiores a todos os demais.
- b) objetivando cumprir a eficiência administrativa no atendimento às demandas da sociedade, a administração pública poderá, por ato próprio, submeter suas ações a regime privado, por meio de decreto.
- c) a administração pública poderá ser regida pelo direito público ou privado, que será escolhido por esta com objetivo de melhor atender ao interesse público.
- d) quando do conflito entre dois ou mais princípios, prevalecerá aquele que se aproxime mais do interesse individual.
- e) se aplicam a todos os entes da administração pública, sejam eles pertencentes a Administração direta ou indireta.

23. Para que uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos obtenha a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, segundo a Lei nº 9.790/99, esta deverá dirigir seu pedido ao _____, sendo que um dos documentos que devem acompanhar o referido pedido é _____. Assinale a alternativa que preenche, respectivamente, as lacunas da questão.

- a) Ministério da Economia e a declaração de isenção do imposto de renda.
- b) Ministério da Justiça e o balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício.
- c) Ministério da Cidadania e a declaração de isenção do imposto de renda.
- d) Ministério da Infraestrutura e o balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício.
- e) Ministério do Desenvolvimento Regional e o estatuto registrado em Cartório.

24. A respeito do controle exercido pelo Poder Judiciário, pode-se afirmar corretamente que o único conceito que não se amolda a este tipo de controle é o:

- a) Controle de legitimidade.
- b) Controle da legalidade.
- c) Controle corretivo.
- d) Controle externo.
- e) Controle de conveniência e oportunidade.

25. Em se tratando da organização da administração pública, assinale a afirmativa correta.

- a) Por ser dotada de personalidade jurídica própria, possuir autonomia administrativa e financeira, a Autarquia não se submete ao controle de outro órgão.
- b) As fundações públicas de direito público ou de direito privado são necessariamente criadas por lei, devendo estar o patrimônio delas vinculado a um fim específico.
- c) A concessão de qualificação de OSCIP pelo poder público, a uma entidade privada sem fins lucrativos, é ato vinculado.

d) A administração pública direta é exercida exclusivamente pelo Poder Executivo, o qual é incumbido da atividade administrativa em geral.

e) A descentralização pressupõe a existência de, pelo menos, dois órgãos.

26. É INCORRETO afirmar, no que se refere ao direito administrativo e à prática dos atos administrativos, que

a) O decreto é ato administrativo que pode ser praticado tanto pelo chefe do Poder Executivo quanto pelos presidentes das casas legislativas.

b) É de suma importância que a Administração Pública, no momento em que for anular ato administrativo que tenha impacto em direito individual, observe o devido processo legal.

c) O ato administrativo perfeito e legal poderá ser revogado pela administração, uma vez que tal ato não se mostre mais conveniente ou oportuno.

d) Todos os fatos alegados pela administração pública são considerados verdadeiros.

e) A presunção de legitimidade ou de veracidade de determinado ato administrativo produz a inversão do ônus da prova, ou seja, a atuação da administração é presumidamente fundada em fatos verdadeiros e em observância à lei, até prova em contrário.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Ricardo Vale**

27. Cido, servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, compareceu ao departamento de Recursos Humanos para solicitar certidão, atestando o tempo de serviço prestado junto ao órgão, para fins de requerimento de aposentadoria. O servidor responsável pela expedição da certidão, ao consultar seu superior hierárquico, foi informado de que tais informações eram sigilosas e não poderiam ser fornecidas a Cido. Este, diante dessa situação:

- a) Deveria ajuizar habeas data, ação destinada ao conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante.
- b) Poderia impetrar mandado de segurança, desde que a petição fosse instruída com a comprovação do esgotamento da via administrativa.
- c) Deveria ajuizar habeas data, já que se trata de banco de dados de caráter público.
- d) Poderia ajuizar mandado de segurança, perante o próprio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- e) Poderia ajuizar mandado de segurança, de competência do Superior Tribunal de Justiça.

28. Inácia foi acusada de ter cometido crime político. A ação foi ajuizada perante a justiça federal de primeiro grau que, ao final, proferiu sentença condenatória. Inácia decidiu, então, interpor recurso dirigido ao TRF respectivo, a fim de ter reformada a decisão do juiz singular. Consoante o que determina a Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- a) O TRF não é a instância adequada à interposição do recurso, o qual deveria ter sido dirigido ao STF, pela via extraordinária.
- b) O recurso ordinário deveria ter sido interposto no STJ, o qual possui competência para julgar recursos em caso de crime político.
- c) A ação deveria ter sido ajuizada na justiça estadual, já que somente autoridades federais detêm foro especial perante a justiça federal.

d) O juiz federal detém competência para julgar a ação, sendo o TRF, instância imediatamente superior, competente para o julgamento da ação.

e) Nessa situação seria cabível recurso ordinário, perante o STF.

29. Gelina e Gelandia, deputadas estaduais, iniciaram uma intensa discussão após sessão plenária na Assembleia Legislativa, logo após deixarem o recinto do órgão legislativo. Gelina dirigiu inúmeras ofensas a Gelandia, que, em um momento de raiva, agrediu a adversária fisicamente, causando ferimentos leves. No local, havia muitos repórteres e alguns policiais, os quais, ao presenciarem o ato, decidiram prender Gelandia em flagrante. Considerando o disposto na Carta Maior, assinale a opção verdadeira:

- a) Gelina e Gelandia possuem imunidade material, mas não formal, o que autoriza a prisão da segunda, mas inviabiliza a responsabilização da primeira.
- b) Gelandia poderá ser presa caso haja autorização da Assembleia Legislativa.
- c) Gelina não deverá responder pelas ofensas dirigidas a Gelandia, que, por sua vez, não poderia ter sido presa pela autoridade policial.
- d) Gelina deverá responder pelas palavras proferidas, já que a imunidade material de que dispõe restringe-se ao ambiente da Casa Legislativa à qual pertence.
- e) Gelandia somente poderia ser presa após o término de seu mandato.

30. Determinado sindicato foi criado para representar os produtores rurais de determinado município. Devido à divergência entre seus membros, relativa à compulsoriedade da contribuição confederativa, a entidade acabou sendo subdividida, dando origem a dois novos sindicatos, abrangendo parcelas diferentes do município original: o sindicato A passou a cobrar a referida contribuição de forma automática de todos os filiados. Já o outro sindicato resultante, B, estabeleceu que a referida contribuição só seria cobrada daqueles que expressamente consentissem com o seu pagamento. Com base no disposto na Carta Constitucional,

- a) O sindicato original poderia ter sido mantido, mas as associações resultantes, A e B, são inconstitucionais.
- b) O sindicato original foi criado em contrariedade à Constituição, a qual proíbe a representação sindical no meio rural.
- c) Assiste razão ao sindicato B, que, embora criado de forma irregular, prevê a autorização expressa dos filiados para a cobrança da contribuição confederativa, instituída por meio de lei.
- d) A criação do sindicato A é válida, assim como a cobrança automática da contribuição mencionada.
- e) A cisão resultou em duas entidades constituídas regularmente, já que suas áreas de abrangência não coincidem.

31. Heleno cometeu crime comum e foi denunciado pelo Ministério Público à Justiça Estadual. Heleno havia se candidatado ao cargo de governador e acabou saindo vencedor nas eleições. Dois meses após a posse, entretanto, o juiz profere sentença condenatória, a qual transita em julgado. Nessas condições, a Constituição Federal determina que:

- a) A Assembleia Legislativa, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderia ter sustado o andamento da ação.
- b) Após a posse no cargo eletivo, os autos deveriam ter sido remetidos ao Superior Tribunal de Justiça, em razão do foro especial de que dispõe o governador.
- c) Na vigência do mandato, a irresponsabilidade do chefe do Poder Executivo é absoluta, devendo o processo ser definitivamente extinto.
- d) O processo seguiu corretamente seu curso normal perante a justiça estadual, e, com a condenação definitiva, Heleno deverá perder o cargo.
- e) Os autos deveriam ter sido remetidos ao Tribunal de Justiça respectivo, e, caso Heleno viesse a ser condenado definitivamente, ele não poderia ser preso na vigência do mandato.

32. Suponha que o governador de determinado Estado, visando disciplinar a prestação de serviços locais de gás canalizado, tenha editado medida provisória e, logo em seguida, delegado a uma empresa concessionária a exploração desses serviços. Com base no que estabelece a atual Constituição, é correto dizer que:

- a) A medida provisória, desde que adequada à normatização geral produzida pela União, assim como a delegação da exploração do serviço, são plenamente válidas.
- b) A medida provisória é válida, embora a exploração do serviço deva ser feita pelo município, a quem compete a prestação de serviços locais.
- c) A medida provisória somente poderá ser considerada válida caso exista autorização para a edição dessa espécie legislativa na Constituição estadual.
- d) A edição da medida provisória é inconstitucional, mas a delegação da exploração do serviço, por meio de concessão, é permitida.
- e) A exploração do serviço não poderia ter sido delegada, já que se trata de competência exclusiva dos estados.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

33. Não é requisito para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil:

- a) haver sido proferida por juiz competente;
- b) estar traduzida por intérprete autorizado;
- c) ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) não tenha sido verificada à revelia;
- e) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida

34. Assinale a alternativa correta:

- a) a emancipação legal depende de registro em cartório cível;
- b) a emancipação é passível de retratação e revogação a qualquer tempo;
- c) a emancipação voluntária não afasta a responsabilidade dos pais por eventuais danos causados pelo filho emancipado;
- d) o menor de dezesseis anos pode ser emancipado em razão do casamento;
- e) a emancipação em razão do casamento não depende de registro em cartório cível.

35. O ente de fiscalização do exercício profissional é pessoa jurídica:

- a) de direito público interno;
- b) de direito público externo;
- c) de direito privado;
- d) de direito público com estrutura de direito privado;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

36. O prazo do beneficiário para reclamar do segurador em caso de seguro civil obrigatório é:

- a) decadencial e de dez anos, já que é uma responsabilidade contratual;
- b) prescricional, de três anos, já que é uma responsabilidade extracontratual;
- c) decadencial, de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- d) prescricional, de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- e) prescricional, de cinco anos, pois é referente a valor certo e líquido.

37. Em relação à compra e venda, assinale a alternativa correta:

- a) a venda de bem entre ascendente e descendente, por meio de interposta pessoa, é ato jurídico anulável, aplicando-se o prazo decadencial de 2 (dois) anos previsto no art. 179 do Código Civil;
- b) a venda de bem entre ascendente e descendente, por meio de interposta pessoa, é ato jurídico anulável, aplicando-se o prazo prescricional de 2 (dois) anos previsto no art. 179 do Código Civil;
- c) é nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido;
- d) podem ser comprados em hasta pública, pelos tutores, curadores, testamenteiros e administradores, os bens confiados à sua guarda ou administração;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

38. Pelo contrato estimatório, o consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada. Em relação a esse tipo de contrato, é correto afirmar que:

- a) o consignatário não se exonera da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível, ainda que por fato a ele não imputável;
- b) a coisa consignada pode ser objeto de penhora ou seqüestro pelos credores do consignatário, enquanto não pago integralmente o preço.;
- c) o consignante pode dispor da coisa antes de lhe ser restituída ou de lhe ser comunicada a restituição;
- d) é contrato gratuito;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Ricardo Torques**

39. Sobre o conflito de competência entre juízos, é correto que:

- a) Há conflito negativo de competência quando dois ou mais juízes se declaram competentes.
- b) Há conflito positivo de competência quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes e atribuem um ao outro a competência.
- c) Não há conflito de competência quando surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.
- d) O juiz que não acolher a competência declinada deverá suscitar o conflito, ainda que a atribua a outro juízo.
- e) Não há que se falar em conflito de competência quando já existe sentença com trânsito em julgado proferida por um dos juízos conflitantes.

40. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) No caso de perda do objeto, será dispensado o pagamento de honorários advocatícios.
- b) Ao julgar o recurso, o Tribunal majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, sendo permitido, inclusive, ultrapassar o percentual de vinte por cento ao realizar tal majoração.
- c) As verbas de sucumbência arbitradas em embargos à execução rejeitados ou julgados improcedentes e em fase de cumprimento de sentença serão acrescidas no valor do débito principal, para todos os efeitos legais.
- d) Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, gozando dos mesmos privilégios dos créditos trabalhistas, sendo permitida a compensação em caso de sucumbência parcial.
- e) Não há que se falar em pagamento de honorários quando o advogado atuar em causa própria.

41. A assistência é uma espécie de intervenção em que o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma das partes poderá intervir no processo para assisti-la. Sobre a referida modalidade de intervenção, pode-se afirmar:

- a) O assistente simples, embora possa exercer os mesmos poderes da parte principal, não está submetido aos mesmos ônus processuais que o assistido.
- b) Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.
- c) O assistente será considerado como substituto processual apenas na hipótese de revelia do assistido.
- d) Para que possa desistir da ação, deverá convergência de vontades entre o assistido e o assistente.
- e) Após o trânsito em julgado da sentença, ao assistente é vedado discutir a justiça da decisão em processo posterior.

42. O executado dispõe de 15 (quinze) dias para efetuar o pagamento voluntário da quantia. Transcorrido esse prazo, inicia-se o prazo para impugnação ao cumprimento de sentença. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto:

- a) A impugnação ao cumprimento de sentença exige a garantia prévia do juízo.
- b) Ao executado é vedado alegar o impedimento ou suspeição do magistrado na impugnação do cumprimento de sentença, posto que são medidas típicas da fase de conhecimento.
- c) Não cabe a concessão de prazo em dobro para litisconsortes que apresentam diferentes procuradores de distintos escritórios de advocacia.
- d) A apresentação de impugnação impede a prática dos atos executivos.
- e) O executado poderá alegar excesso de execução, devendo declarar o valor que entende correto e apresentar demonstrativo discriminado e atualizado de cálculo.

43. A Lei nº 7.347/85 disciplina a ação civil pública e estabelece que:

- a) a ação civil pública destina-se à responsabilização por danos morais e patrimoniais causados apenas ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- b) é cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos ou contribuições previdenciárias.
- c) a ação deverá ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
- d) o objeto da ação civil pública será sempre a condenação em dinheiro em virtude dos danos morais ou patrimoniais sofridos.
- e) a ação deverá ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência territorial para processar e julgar a causa.

44. O mandado de segurança é um remédio constitucional e encontra-se disciplinado pela Lei nº 12.016/2009. Sobre o referido instrumento, pode-se afirmar:

- a) cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticado pelos administradores de empresas públicas, sociedades de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- b) quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
- c) o mandado de segurança destina-se à proteção de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, uma pessoa física sofra violação ou tenha justo receio de sofrê-la por parte de terceiro, quer seja autoridade ou não.
- d) o mandado de segurança não poderá ser impetrado por pessoa jurídica.
- e) o mandado de segurança poderá ser utilizado em substituição à ação de cobrança.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

45. Acerca da aplicação da lei penal, julgue as assertivas a seguir:

I - Aplica-se a lei penal brasileira ao crime cometido a bordo de embarcações públicas brasileiras, onde quer que se encontrem, ainda que em porto estrangeiro.

II - A nova lei penal mais benéfica se aplica aos fatos praticados antes de sua entrada em vigor, ainda que já decididos por sentença penal condenatória transitada em julgado, hipótese na qual a aplicação da nova lei mais benéfica caberá ao Juízo da execução penal.

III - A superveniência de nova lei abolutiva faz cessar a pena e os efeitos penais e extrapenais da condenação.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I
- b) I e II
- c) II
- d) II e III
- e) III

46. A imputabilidade penal é capacidade mental de o agente, ao tempo do fato, entender o caráter ilícito de sua conduta e comportar-se de acordo com este entendimento. Nos termos do Código Penal, são situações que afastam a imputabilidade penal:

- a) a legítima defesa e a coação moral irresistível
- b) a obediência hierárquica e a coação moral irresistível
- c) a menoridade e a embriaguez acidental completa
- d) a doença mental e a menoridade
- e) a embriaguez culposa completa e o erro de proibição

47. No que tange ao concurso de pessoas, muitas são as teorias que buscam explicar a punibilidade do partícipe em relação à conduta principal, praticada pelo autor. Prevalece o entendimento doutrinário no sentido de que será punível a conduta do partícipe quando a conduta do autor configurar, pelo menos, um fato:

- a) típico e ilícito, sendo essa a teoria da acessoriedade limitada.
- b) típico e ilícito, sendo essa a teoria da acessoriedade mínima.
- c) típico, ilícito e culpável, sendo essa a teoria da acessoriedade limitada.
- d) típico, ilícito e culpável, sendo essa a teoria da acessoriedade máxima.
- e) típico, ilícito, culpável e punível, sendo essa a teoria da acessoriedade máxima.

48. José, recentemente aprovado no concurso para Juiz de Direito do TJRJ, apresentou certidão emitida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, na qual ficaria comprovado o exercício de atividade jurídica naquela Instituição por 03 anos, fato que habilita José a tomar posse no cargo de Juiz. Todavia, a certidão apresentada por José é falsa, eis que fora por este adulterada, já que José apenas atuou por 02 anos no MPRJ.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de José configura:

- a) crime de exercício arbitrário das próprias razões
- b) crime de falsidade material de atestado ou certidão
- c) crime de certidão ou atestado ideologicamente falso
- d) crime de falsidade ideológica
- e) crime de falsificação de documento público

49. José, Analista do TJRJ, ocupante de cargo em comissão, arrumava sua mesa ao final do expediente quando, por descuido, acabou jogando no lixo um documento relevante pertencente a certo processo cível.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de José configura:

- a) Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento, sem majoração
- b) Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento, com aumento de pena de um terço
- c) Prevaricação, sem majoração
- d) Prevaricação, com aumento de pena de um terço
- e) Fato atípico

50. Sobre os crimes contra a administração da Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) O crime de denúncia caluniosa não se configura se a imputação falsa é relativa a fato definido como contravenção penal.
- b) O crime de falso testemunho pode se configurar se a testemunha faz afirmação falsa, ou nega ou cala a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, mas não em inquérito policial ou em júízo arbitral, por ausência de previsão legal.
- c) O crime de autoacusação falsa de crime não se configura se quem pratica a conduta é cônjuge, ascendente, descendente ou irmão do real criminoso.
- d) Caso o crime de coação no curso do processo seja praticado mediante violência, o agente receberá a pena do crime de coação no curso do processo e também a pena relativa à violência praticada.
- e) O crime de reingresso de estrangeiro expulso, por ser crime de mão-própria, não admite participação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

51. Analise as afirmativas a seguir:

- I- A audiência poderá ser adiada se, por motivo justificado, o defensor não puder comparecer.
- II- Nenhum acusado poderá ser julgado sem defensor, exceto se foragido, ou se não for localizado.
- III- O direito ao silêncio e o direito de não produzir provas contra si faz com que o acusado possa, de maneira legal, imputar o crime pelo qual foi denunciado a terceiro determinado, ainda que o saiba inocente.
- IV- Pode-se afirmar que em virtude do contraditório, o juiz não poderá, e, regra, basear eventual decisão condenatória em elementos probatórios produzidos exclusivamente em fase policial.
- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

52. João Pedro está sendo processado perante a 2ª Vara Criminal de Santo André-SP, pela prática do crime de roubo. Após a colheita de todas as provas na audiência de instrução, o Magistrado acolheu o pedido da defesa de que o caso era complexo e converteu as alegações finais em memoriais por escrito. Contudo, após a apresentação dos memoriais pelas partes, a lei processual penal sofre mudança e determina que a peça de Resposta à acusação passe a ter o prazo de 15 dias e não de 10 dias como foi apresentada oportunamente após o recebimento da denúncia. Nesse caso,

- a) A lei processual penal não se submete ao princípio da retroatividade, ainda que seja em benefício do Acusado, devendo ter incidência imediata sobre todos os processos em andamento, independentemente de o crime haver sido cometido antes ou depois de sua vigência ou de a inovação ser mais benéfica ou prejudicial.
- b) A lei processual penal se submete ao princípio da retroatividade, independentemente de o crime haver sido cometido antes ou depois de sua

vigência ou de a inovação ser mais benéfica ou prejudicial.

- c) A lei processual penal se submete ao princípio da irretroatividade, desde que a lei nova traga prejuízo o Acusado, independentemente de o crime haver sido cometido antes ou depois de sua vigência.
- d) A lei processual penal não se submete ao princípio da retroatividade, ainda que seja em benefício do Acusado, devendo ter incidência imediata sobre todos os processos em andamento, contudo, não serão considerados válidos os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior, os quais deverão ser refeitos para fins de torná-los legítimos perante a lei.
- e) A lei processual penal se submete ao princípio da retroatividade, desde que seja em benefício do Acusado, devendo ter incidência imediata sobre todos os processos em andamento, porém, a nova lei só será aplicável aos fatos ocorridos após a sua vigência.

53. Com relação ao inquérito, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) o inquérito policial é instrumento sigiloso, mas poderá ser acessado a qualquer momento pelo advogado do indiciado.
- b) o inquérito policial, que é obrigatório para a propositura da ação penal, pode ser iniciado de ofício, por requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- c) o inquérito pode ser considerado indisponível para a autoridade policial, já que, uma vez instaurado, não poderá ser por ela diretamente arquivado.
- d) o Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências indispensáveis ao oferecimento da denúncia.
- e) o inquérito policial arquivado com fundamento na manifesta atipicidade do fato não poderá ser desarquivado, ainda que venham novos elementos de convicção acerca da ocorrência da conduta anteriormente investigada.

54. Em Após uma discussão calorosa por causa de futebol, Bernardo Augusto proferiu diversos xingamentos contra seu amigo Lúcio Alberto, chamando-o de estelionatário, bêbado e burro,, o que configura o crime de injúria, nos moldes do artigo 140 do Código Penal. Em razão disso, Lúcio Alberto procurou um advogado e ingressou com uma queixa-crime contra Bernardo Augusto, requerendo o processamento do feito, com a citação do Acusado e ao final a condenação nos moldes legais. Recebido o petítório inaugural, a instrução criminal teve seu curso regular e as alegações finais foram convertidas em memoriais. Devidamente intimada pela Imprensa Oficial, a defesa de Lúcio Alberto ficou-se inerte, vez que passados mais de 35 dias não apresentou oportunamente a peça cabível. Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que essa inércia configura:

- a) perdão tácito do ofendido;
- b) perempção;
- c) perdão judicial tácito;
- d) renúncia ao direito de representação;
- e) decadência.

55. Sobre a citação e a intimação é correto afirmar que:

- a) é cabível a citação por edital no processo penal, desde que o oficial de justiça verifique e certifique que o réu se oculta para não ser citado.
- b) considera-se completa a formação do processo quando realizada a citação válida do acusado, que não consiste em causa de interrupção da prescrição.
- c) o acusado citado por edital que não comparece nem nomeia defensor, será declarado revel, admitindo-se verdadeiros os fatos articulados na denúncia ou queixa.
- d) o réu será considerado revel se, apesar de pessoalmente citado, deixar de comparecer injustificadamente, sendo que o processo seguirá sem a sua presença e haverá confissão ficta.
- e) não é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerça a sua jurisdição.

56. Sobre a sentença no Processo penal é correto afirmar:

- a) o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, pode atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- b) apenas com o trânsito em julgado de sentença absolutória é que o juiz deve ordenar a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas.
- c) ocorrerá a *mutatio libelli* sem aditamento quando o juiz der ao fato definição jurídica diversa da que constar na denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- d) é possível a aplicação da *mutatio libelli* pelo órgão de segunda instância.
- e) é denominada absolutória imprópria a sentença em que o juiz condena o acusado, impõe-lhe pena restritiva de direitos.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

57. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, no tocante à Administração Interna, o atendimento ao público é atribuição básica, dentre as equipes de processamento integrado das serventias, da equipe

- a) jurídica.
- b) de preparação administrativa.
- c) de digitação.
- d) normativa.
- e) de diligências.

58. Segundo expresso na Consolidação Normativa Judicial, a administração interna das escrivânias deverá observar os princípios da

- a) legalidade e da eficiência
- b) publicidade e da eficiência
- c) eficiência e da agilidade
- d) agilidade e expressabilidade
- e) continuidade e legalidade

59. Grosélia atua na terceira vara cível da comarca de Cabo Frio e precisa autuar uma ação de usucapião e uma de produção antecipada de provas.

Quais cores de capa a servidora deve utilizar?

- a) Branca e Rosa, respectivamente
- b) Rosa para ambas
- c) Branca para ambas
- d) Azul e verde
- e) Azul para ambas.

60. São consideradas imprescindíveis a seguinte anotação e a observância do seguinte procedimento quanto a segurança da informação

- a) manter sempre as caixas de correio institucionais vazias
- b) usar corretamente os andamentos de conclusão ao Juiz Vinculado e ao Juiz Tabelar
- c) usar os textos do sistema corretamente, não só o genérico.
- d) anotar as fases de execução e suspensão dos processos
- e) Incluir corretamente as sentenças, despachos e decisões, principalmente as decisões de recebimento de denúncia para cada parte

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-Sem-Especialidade-30-08>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>